

	Universidade Federal Fluminense	
ESCOLA DE GOVERNANÇA EM GESTÃO PÚBLICA (EGGP)		
PROPOSTA DE PLANO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO 2025		

CURSO :INTRODUÇÃO A PUBLICAÇÃO DE ATOS E COMUNICADOS OFICIAIS NO BOLETIM DE SERVIÇO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Linha Organizacional: Gestão	
Curso: Introdução a publicação de atos e comunicados oficiais da Universidade Federal Fluminense no Boletim de Serviço da Universidade Federal Fluminense	
Carga Horária: 20 horas (4 horas síncronas + 16 horas assíncronas)	Período do curso: 25/08 a 20/09/2025 *Encontros Síncronos : Quartas-feiras , das 15 às 16 horas *Os encontros ficarão gravados e serão disponibilizados na plataforma .
Modalidade: remoto	Local : Plataforma MOODLE - EGGP
Público-alvo: Servidores públicos da Universidade Federal Fluminense que em sua rotina de trabalho, produzam e/ou enviem atos e comunicados oficiais da UFF.	
Pré-requisitos mínimos: Ser servidor que produza documentos para publicar no Boletim de Serviço da Universidade Federal Fluminense	
Critérios de classificação e reclassificação: Cumprimento dos requisitos solicitados.	
Instrutor: Eduardo Barreto Teixeira - CGDI/SDC	

Objetivos

Objetivo Geral:

Desenvolver competências necessárias para a elaboração de documentos oficiais para publicação na Universidade Federal Fluminense e realizar busca e rastreio dos documentos de interesse das unidades das quais faça parte.

Objetivos específicos:

- Conhecer os diferentes modelos documentais e os motivos dos padrões determinados para a constituição dos mesmos;
- Produzir atos dentro das normas exigidas e elucidar as justificativas dos padrões construídos;
- Conhecer os trâmites de envios que são orientados pela instrução normativa exigente;
- Orientar quais as melhores práticas para que o usuário do portal se torne autossuficiente no momento de recuperar documentos no local de busca do site do BS-UFF;

Conteúdo

- Materiais teóricos de comunicação administrativa e elucidação da instrução normativa que orienta envio de matérias;
- Contextualização das práticas de gestão de documentos digitais, apresentação de boas práticas de outros órgãos federais com ou sem trabalhos de boletins de serviço;
- Apresentação das legislações principais, complementares e normas para execução da atividade;
- Edição, criação e indexação de informações para rastreio e busca;
- Orientação para letramento digital na busca de informações no portal de Boletim de Serviço;

Metodologia

O curso será composto por quatro encontros síncronos , apoiados pela utilização de material didático interativo , com o propósito de oferecer aos participantes uma visão teórico-prática do conteúdo.

Durante a formação será adotado um método em que o aluno interaja com os materiais esquematizados e com as atividades na plataforma MOODLE.

Avaliação do aluno

1ª Visualização da aula ao vivo ou gravada 2ª Marcação na plataforma de que realizou a leitura do material semanal 3ª Entrega das respostas do questionário fechado (por módulo).

Certificação

O participante que finalizar a formação, com média mínima de 6,0, fará jus ao certificado de conclusão de curso expedido pela UFF.

Referências

ARAUJO JUNIOR, Rogério Henrique de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. 176p.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm Acesso em: 24 Out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Regulamenta os dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas – CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 de julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9094.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019. Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 de abril de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9758.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.965, de 5 de maio de 1966. Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4965.htm.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Guia de uso do Tematres** : orientações sobre a gestão do Tesauro da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (elaborado por Raíssa da Veiga de Meneses e Marcelle Costal de Castro dos Santos. -- Brasília, DF: Ibict, 2020

BRASIL. Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10139.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019. Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10178.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020. Regulamenta o direito de desenvolver, executar, operar ou comercializar produto ou serviço em desacordo com a norma técnica desatualizada de que trata o inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.229-de-5-de-fevereiro-de-2020-241828630>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020. Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10437.htm. Acesso em: 03 ago. 2023. BRASIL. Decreto nº 10.441, de 30 de junho de 2020. Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.411-de-30-de-junho-de-2020-264424798> . Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017. Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9191.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as técnicas de elaboração, redação e alteração das leis. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp95.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

CAMARGO, Liriane Soares de Araujo de; VIDOTTI, Silvana Aparecida Bosetti Gregório. **Arquitetura da Informação**: uma abordagem prática para tratamento de conteúdo e interface em ambientes informacionais digitais. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 231p.

CAPODAGLI, Bil. **O Estilo Disney**: como aplicar os segredos gerenciais da Disney à sua empresa . -1ª edição. – São Paulo: Benvirá, 2017. 310p.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio do poder executivo federal** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2020. Dados eletrônicos . 144p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

FILATRO, Andrea. **Como preparar conteúdos para EAD**: guia rápido para professores e especialistas em educação a distância, presencial e corporativa. 1ªed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 167 p.

FILATRO, Andrea. **Data Science na educação**: presencial, a distância e corporativa. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. 224 p.

FILGUEIRAS, Andre Luiz Caetano...[et al].. **Programa de descrição arquivística**.__ 1ª edição. Universidade Federal Fluminense. Superintendência de Documentação. Coordenação de Arquivos. Niterói, RJ: UFF, 2023. 56p.

FREITAS, Cirne Thiago, **Introdução à gestão de coleções especiais jurídicas**: apontamentos e reflexões (guia de estudos). Rio de Janeiro: Albatroz, 2022. 208 p.

GARCIA, Lara Rocha. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**: guia de implementação. São Paulo: Blucher, 2020. 128 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instrução normativa RET/UFF Nº 25, de 15 de Março de 2022. Dispõe sobre procedimentos relativos à elaboração de atos normativos inferiores a decreto em atendimento ao art. 3º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e complementa a IN RET/UFF nº 1, de 24 de fevereiro de 2021 e a IN RET/UFF nº 2, de 02 de março de 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE . Instrução normativa SDC/UFF Nº 3, de 10 de Janeiro de 2023. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para publicação no Boletim de Serviço da Universidade Federal Fluminense (UFF).

KOTLER, Philip. **Marketing 4.0** . – Rio de Janeiro: Sextante, 2017. 201p.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos** : teoria e prática .tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. – 2 ed. Ver. atual. – Brasília, DF : Briquet de Lemos / Livros, 2004.

PASSOS, Edilenice. **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Ed. Thesaurus, 2003.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Fontes de Informação para pesquisa em direito. Brasília: Brinquet de Lemos Livros, 2009. 170p.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE . **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI UFF 2018-2022** “O amanhã da UFF, como será?” Aprovado na sessão ordinária do Conselho Universitário de 30 de maio de 2018 Decisão CUV 014/2018, publicada no BS nº 100, de 11/06/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE . **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI UFF 2023-2027** “Voando alto com os pés no chão”. Aprovado pelo CGIRC – Comitê de Governança, Integridade , Riscos e Controles em 21 de agosto de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE . Portaria UFF Nº 68.544 de 15 de Junho de 2023. Atualiza a Estrutura hierárquica da Universidade Federal Fluminense no SIOrg.

SAYÃO, Luis ... [Et al] Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. In __ LIMA, João Alberto de Oliveira. **LexML – portal especializado em informação jurídica e legislativa** . p.246

SILVA, Andréa Gonçalves. **Fontes de Informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 248p.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Manual de Atos e Comunicações Oficiais. 4ª. ed., Niterói: UFF, 2022. Disponível em:

https://atosnormativos.uff.br/wp-content/uploads/sites/363/2022/03/Manual-de-Atos-e-Comunicacoes-Oficiais-da-UFF_4ed_2022.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.